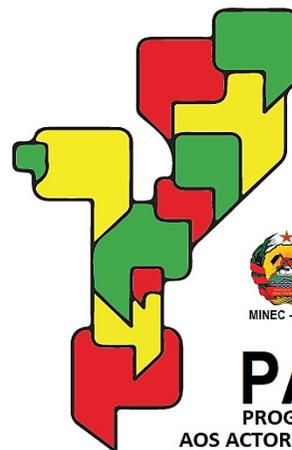


ELEVANDO O VALOR
DO DINHEIRO AO
SERVIÇO DO
CIDADÃO –
MONITORIA DA
GESTÃO DE
FINANÇAS PÚBLICAS



RESULTADOS DO RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA EM 2 DISTRITOS DE NIASSA

EDUCAÇÃO E SAÚDE



PAANE
PROGRAMA DE APOIO
AOS ACTORES NÃO ESTATAIS

CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO



- Sobre o CESC
- Intervenção do CESC no FMO+
- O Rastreamento da Despesa Pública
- Constatações – Educação
- Recomendações – Educação
- Constatações – Saúde
- Recomendações – Saúde
- Recomendações – Educação e Saúde

SOBRE O CESC



O Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (2009) é uma instituição sem fins lucrativos, vocacionada ao **desenvolvimento de capacidades de participação activa do cidadão e das OSC nos processos de desenvolvimento socioeconómico e político** através da promoção de ferramentas e facilitação de engajamento cívico, na partilha de aprendizagem, monitoria e advocacia **em prol de políticas e serviços públicos que respondem as necessidades dos cidadãos.**

Visão

Os cidadãos intervêm activamente e influenciam os processos de construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Áreas de Intervenção

Educação, Saúde, Serviços Municipais, Água e Saneamento e Recursos Naturais

INTERVENÇÃO DO CESC NO FMO+



Localização geográfica:

Niassa – Lago e Mandimba; **Cabo Delgado** (2020) – Ancuabe e Montepuez

Acções e ferramentas

- O CESC lidera a realização de acções de **monitoria das Finanças Públicas** em Niassa e Cabo Delgado junto a SC local
 - Rastreio da Despesa Pública;
 - Orçamento Cidadão;
 - Auditoria Social;
 - Análise das Alocações Orçamentais;
 - Advocacia local.

O RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA



É um exercício pelo qual se **monitora o uso de recursos públicos, potenciando boas práticas de gestão** para influenciar melhorias nos sectores nestes e noutros distritos e províncias do país, com o fim último de **promover maior transparência, responsabilização e prestação de contas.**

O **objectivo** do Rastreio é **influenciar a formulação das futuras políticas públicas**, sobretudo programas, planos e orçamentos governamentais **de modo que os serviços públicos prestados aos cidadãos sejam de melhor qualidade.**

DISTRITOS ABRANGIDOS: Mandimba e Lago

SECTORES: Educação e Saúde

EXERCÍCIO ECONÓMICO ANALISADO: 2017

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO RDP: Novembro de 2018 a Fevereiro de 2019

METODOLOGIA



- Pesquisa documental (Plano de Desenvolvimento Distrital, Plano Económico e Social e Orçamento Distrital, Relatórios de Execução Orçamental, Balanços e arquivos das escolas);
- Entrevistas a actores-chave;
- Observação Directa (nos SDEJTs, SDSMAS, Escolas e US).

ABRANGÊNCIA

- 10 escolas e 6 US abrangidas em Mandimba; e 8 escolas e 6 US abrangidas no Lago
- Escolhidas aleatoriamente nas áreas de abrangência dos projectos do PAANE II

PESSOAS ENVOLVIDAS (Governantes, líderes locais, membros dos CE, CQH, professores, encarregados de educação, técnicos de saúde e utentes das US): 269 – Mandimba; 300 - Lago

CONSTATAÇÕES – PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO



- Em 2017, o Governo de **Mandimba** planificou 152.052.000,00 Mt, mas só recebeu **25%** (36.660.090,00 Mt) para financiar as despesas de funcionamento e investimento para todos os sectores locais. (Fonte; SDPI Mandimba);
- **Lago** planificou 224.128.740,00Mts para as despesas de funcionamento e investimento, mas o Governo central disponibilizou 167.073.910,00Mts (**75%** do planificado). Não houve fundos para investimentos. (Fonte: Balanço do PESOD 2017)

Despesas	Valor planificado	Valor alocado em MT	Observação
Fundo de funcionamento	219.094.260,00 Mt	167.073.910,00 Mt	
Fundo de investimento Distrital	5.034.480,00 Mt	0,00 Mt	
Fundo Distrital de Desenvolvimento	0,00 Mt	0,00 Mt	2.616.330,00Mt de reembolso dos mutuários do FDD
Fundo de Estradas	Não disponível	0,00 Mt	
TOTAL	224 128 740,00 Mt	167 073 910,00 Mt	

CONSTATAÇÕES – SECTOR DE EDUCAÇÃO

- **Constata-se falta de alinhamento entre as necessidades e prioridades locais e a alocação de recursos nos PESOD.**
- No Lago, os SDEJTs planificaram 173.755.800,00MT e, deste valor, só receberam 119.027.530MT (**69%**) para funcionamento. Não houve fundos para investimento...
- Mandimba também não recebeu fundos para investir no sector de Educação. Alguns exemplos

Actividade	Planificado	Alocado	Nível de gestão	Observações
Construção e apetrechamento de salas na EPC Filipe Samuel Magaia na vila sede do Distrito	Não disponível	0,00 MT	Distrital	Foram realizadas pequenas reparações. Os fundos foram geridos a nível provincial
Aquisição de 400 carteiras para todas as escolas do distrito	378,000,00MT	0,00 MT	Distrital	Adquiridas no âmbito central e entregues ao distrito
Construção e apetrechamento da Biblioteca na ESG de Mandimba	1.750.000,00MT	0,00 MT	Distrital	
Construção de um edifício para o funcionamento dos SDEJTs	4.000.000,00 MT	0,00 MT	Distrital	
Construção de salas de aula em Lussangasse	NÃO PLANIFICADO	15.418.920,00 Mt	Provincial	Esta actividade não estava prevista a nível distrital

CONSTATAÇÕES – EDUCAÇÃO (Gestão do ADE)



- 90% das 18 escolas rastreadas nos dois distritos não publicaram o valor do ADE na vitrina ou num outro lugar de fácil acesso ao público;
- Cerca de 40% das escolas rastreadas em Mandimba e Lago não apresentaram actas das reuniões de divulgação do ADE às comunidades ou CE;
- Bom exemplo: as EPCs de Muchenga, Metangula Sede e Chiuanga (Lago), tinham as actas na pasta de arquivo do ADE na escola tal como exige o Manual de Procedimentos;
- Em 70% das escolas as comissões de compra e recepção de materiais não foram devidamente criadas. Em grande parte dos casos, os membros das comunidades nos CE foram excluídos;
- Todas as 10 escolas de Mandimba e 6 de Lago (o que equivale a 88%) não apresentaram as listas de distribuição do material aos alunos devidamente assinadas.

CONSTATAÇÕES – EDUCAÇÃO (Gestão do ADE)

- As equipas do Rastreio nos 2 distritos constataram que todas as escolas visitadas apresentaram vários recibos não fiscalmente válidos para a justificação de despesas (Identificação do fornecedor, localização, contactos, NUIT e carimbo).
- Nos processos analisados, não foram encontradas, em 100% das escolas cotações anexadas, violando assim as orientações do manual de procedimentos de ADE. As escolas também não apresentam uma fundamentação para a falta de procurement.
- Em Mandimba, encontramos nos processos de ADE recibos de fornecedores que já fecharam os seus estabelecimentos. Ex: a Tabacaria Kaka deixou de funcionar em 2014, mas passou recibos às EPC 4 de Outubro e Julius Nyerere em 2017 para pagamento de material escolar diverso.



CONSTATAÇÕES

EDUCAÇÃO (Infraestruturas)

- As infraestruturas (incluindo salas de aulas, secretarias [onde existem] e casas de banho) de quase todas as escolas (85%) estão em condições deploráveis e a necessitarem de intervenções profundas.



Situação das salas de aula, na EPC Milagre Mabote, Distrito do Lago



Estado da única casa de banho e salas da EPC Ncapunda, Distrito de Mandimba



CONSTATAÇÕES – EDUCAÇÃO (Livro gratuito)

- Os Directores das 18 Escolas rastreadas (100%) afirmaram ter recebido os livros, mas abaixo das quantidades solicitadas;
- Os facilitadores do Rastreio não encontraram em 100% das escolas guias de entrega de livros às escolas no acto de distribuição para efeito de comparação das quantidades;
- Em 88% das escolas visitadas os livros são arrumados em espaço sem condições e de forma inapropriada.



Conservação de Livro escolar na EP1 Entre-Rios e EPC Ngame - Mandimba



Conservação de Livro escolar na EPC Namatumba - Lago

CONSTATAÇÕES

EDUCAÇÃO (Livro gratuito)

Bons exemplos:



Livro escolar bem arrumado na EPC Filipe Samuel
Magaia - Mandimba



EPC Milagre Mabote - Lago

CONSTATAÇÕES – EDUCAÇÃO (Carteiras)

- O problema das alocações e prioridades também afectou a disponibilização de carteiras:
- Lago tinha planificado 500 carteiras. Só recebeu 325.
- O mesmo aconteceu com Mandimba que tinha inscrito no seu plano 400 carteiras. As quantidades recebidas estavam abaixo do previsto.
- O rastreio constatou que as poucas carteiras recebidas encontram-se danificadas e amontoadas sem qualquer cuidado em cerca de 60% das escolas dos 2 distritos.



Recomendações – EDUCAÇÃO

Para o MINEDH e DPEDH recomenda-se:

- O aumento do investimento no sector a nível dos distritos com base nas necessidades e prioridades locais;
- A gestão criteriosa do processo de planificação respeitando-se as necessidades e prioridades das comunidades e o alinhamento do PESOD e PESOP (mesmo em caso de parcerias);
- Alocação de fundos para acções de supervisão a nível local (provincial, distrital e escolas), e a sua realização regular a nível provincial e distrital.

Para os SDEJTs recomenda-se:

- A disseminação regular dos procedimentos sobre o uso do ADE e envolvimento contínuo dos membros do CE;
- A intensificação da supervisão e o seguimento sistemático das recomendações emitidas durante as sessões de trabalho nas escolas (sobre a gestão do ADE, funcionamento dos CE e Comissões, a gestão, conservação e inventariação dos livros escolares, e a gestão e manutenção de carteiras e outro equipamento escolar);
- A reactivação e capacitação dos Conselhos de Escola e as suas comissões para participarem e exercerem o seu papel decisório e fiscalizador.

Recomendações – EDUCAÇÃO



Para as Direcções das Escolas, CEs e Lideranças Locais recomenda-se:

As direcções das escolas devem pautar por uma gestão transparente dos fundos do ADE (cumprimento dos procedimentos) e o envolvimento sistemático dos membros dos CE;

Os Conselhos de Escolas devem exercer o seu papel de monitoria e gestão da escola e dos fundos adstritos a este nível;

As direcções das escolas devem disponibilizar um local apropriado para a conservação de livros, produzir prateleiras, organizá-los por classe e disciplina e fazer a devida inventariação;

As escolas devem criar mecanismos de conservação e recuperação do mobiliário alocado às escolas (carteiras);

Os líderes comunitários, quando devidamente enquadrados nos Conselhos de Escola, devem apoiar na preservação das instalações e equipamentos no período de férias (incluindo salas de aulas e carteiras).

CONSTATAÇÕES

SAÚDE (Planificação e Orçamentação)



- Não há uma boa coordenação entre a DPS e os SDSMAS de modo a se alocar recursos para as necessidades e prioridades locais das comunidades.
- Por exemplo: os SDSMAS de Mandimba inscreveram no plano várias actividades (a construção de muro de vedação e morgue no Hospital Distrital de Mandimba, e casas de espera para mulheres grávidas nas unidades sanitárias de Mississi, Meluluca e Ntembo) num valor de 2.810.730,00MT. **Entretanto, o sector não recebeu fundos de investimento, por isso não fez nenhuma obra;**
- Porém, **apesar de não estarem previstas no plano**, houve várias intervenções que os SDSMAS desconhecem os seus contornos e custos, por exemplo a construção do Centro de Saúde de Mizito, maternidade de Lissiete (construída como casa de espera para mulher) e a maternidade de Chanica.
- Em 2017, a empresa Mozambique Leaf Tobacco construiu uma maternidade, num povoado que não constava das prioridades, o de Mastolo, mas ainda não foram alocadas enfermeiras para atender às utentes e **os serviços são prestados por uma pessoa sem formação técnica** para o efeito.

CONSTATAÇÕES

SAÚDE (Planificação e Orçamentação)



- Os SDSMAS de Lago também alistaram no PESOD acções como Construção do Centro de saúde do Tipo II no Povoado de Mazogo Lualelzi, inclusão de 320 pessoas infectadas pelo HIV no TARV de adultos e pediátrico; Distribuição de 5.942 redes mosquiteiras ao nível do Distrito; Integração no programa de mais apoio social, do subsídio social básico e cesta básica para os grupos vulneráveis, mas **não recebeu fundos para a execução destas acções**. Isto mostra que as necessidades e prioridades das comunidades no sector não foram financiadas;
- No mesmo ano de 2017, a Secretaria distrital de Lago iniciou a construção de uma enfermaria no Centro de Saúde de Metangula-Sede e o Conselho Municipal da Vila de Metangula construiu um edifício para o funcionamento do Centro de Saúde de Micuio, não se sabendo ao certo os custos nem a proveniência dos fundos.
- Assim, fica claro que a Direcção Provincial de Saúde em Niassa não tem partilhado informação suficiente sobre a falta de financiamento das prioridades aprovadas pelos Conselhos Consultivos, muito menos sobre os projectos que depois implementa no distrito e a proveniência dos fundos.

CONSTATAÇÕES

SAÚDE (Equipamentos e infraestruturas)



- No Lago, a US de Cóbue recebeu 17 camas para os diversos serviços, mas a equipa de rastreio encontrou apenas 10 camas das quais 5 sem colchões. O responsável da US disse existirem 10 camas sem colchões e somente 7 com colchões, mas não sabe o paradeiro dos restantes.
- A US de Mandambuzi recebeu uma mota de quatro rodas, mas encontra-se fora de serviço por falta de manutenção e pneus.
- No que diz respeito às infraestruturas, a equipa do rastreio constatou que as mesmas não estão em boas condições na maior parte das US visitadas nos dois distritos. Há registo de rachas nas paredes, infiltração nos tectos e falta de janelas ou redes mosquiteiras.
- Os facilitadores constataram ainda que na maioria das US existem equipamentos avariados e/ou insuficientes para atender às necessidades dos utentes.

RECOMENDAÇÕES – SAÚDE

Para o MISAU e DPS recomenda-se:

- A alocação de fundos de investimento no sector a nível do distrito com base nas necessidades e prioridades locais;
- A melhoria da coordenação entre o distrito, província e nível central e a gestão criteriosa do processo de planificação respeitando-se as necessidades e prioridades das comunidades e o alinhamento do PESOD, PESOP e PES e OE (mesmo em caso de parcerias).

Para os SDSMAS recomenda-se:

- A alocação de maternidades ou serviços com o respectivo pessoal adequado para prover tais serviços aos utentes;
- A priorização da reabilitação e apetrechamento das infraestruturas das Uss.

Para os Comités de Qualidade e Humanização recomenda-se:

A participação activa dos membros na monitoria das actividades da US e da qualidade dos serviços prestados;

A denúncia a quem de direito de casos que atentem à saúde dos utentes e da comunidade e da fraca gestão das instalações nas unidades sanitárias.

RECOMENDAÇÕES

EDUCAÇÃO E SAÚDE



Para a Assembleia da República *recomenda-se:*

- A aprovação de aumento de recursos, sobretudo investimentos para o nível distrital;
- Discutir com os sectores a alocação de maior parte dos fundos para o investimento a nível distrital e acções que tenham impacto directo na aprendizagem dos alunos e na melhoria dos serviços de saúde;
- Desempenhar o seu papel de monitoria da implementação das acções do Governo, conforme aprovado no PES e OE e observando as prioridades locais.

Para a Sociedade Civil *recomenda-se:*

- A capacitação dos grupos locais (OCBs, CE, CQH) para a monitoria regular da qualidade dos serviços de educação e saúde a nível local;
- A realização de acções de advocacia junto da Assembleia da República e Governo Central (MEF, MINEDH, MOPHRH e MISAU) para o aumento dos investimentos e a consideração das necessidades e prioridades locais.

OBRIGADA

